

RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.207 - SP (2016/0045120-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADOS : MAURO HENRIQUE ALVES PEREIRA - SP152232
MÔNICA PIGNATTI LOPES E OUTRO(S) - SP192798
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. ARTIGO 557, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL (ART. 206 DO CTN). REALIZAÇÃO POSTERIOR DE DEPÓSITOS JUDICIAIS COMPLEMENTARES. CARÊNCIA SUPERVENIENTE DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, DO CPC.

1. Por interesse processual entende-se a relação de necessidade entre um pedido posto em juízo e a atuação do Judiciário, ou seja, a necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário para a obtenção do resultado pretendido.
2. A realização dos depósitos complementares dos débitos, causa obstativa da emissão da certidão requerida, constitui fato superveniente que houve por esvair de objeto a discussão no presente *mandamus*.
3. *Ex vi* do art. 462 do CPC, imperioso concluir pela perda superveniente do interesse de agir da impetrante, porquanto não houve mais necessidade de se socorrer ao Poder Judiciário objetivando a expedição da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, já obtida.
4. Agravo legal improvido" (fl. 397e).

No Recurso Especial, aviado com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de dissenso pretoriano e violação aos arts. 3º do CPC/73 e 151, II, do CTN.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"15. Com efeito, objetiva a Recorrente a declaração de ilegalidade da exigência do encargo legal de 20%, previsto no DL 1.025/1969, em razão de ter realizado depósitos judiciais do montante integral dos valores de débitos tributários antes das suas inscrições na DAU, para obter a necessária e indispensável CPD-EN, para o regular desenvolvimento de suas atividades empresariais.

16. É incontroverso nos autos que a Recorrente efetuou depósitos judiciais correspondentes à exigência do encargo legal de 20%, para tão-somente obter a CPD-EN. Mas isso não implica reconhecer a legalidade do ato coator, haja vista que o depósito não implica em pagamento.

17. Nesse sentido, o artigo 3º, do CPC, dispõe que para propor ação é necessário ter interesse e legitimidade. No caso *sub judice* está presente o binômio necessidade-adequação da presente medida judicial: (i) necessidade de afastar ilegalidade correspondente a exigência do encargo legal de 20% para obter a CPD-EN, haja vista que há depósito judicial do crédito tributário realizado antes da inscrição em dívida ativa e, (ii) via mandamental adequada para afastar ilegalidade que fere direito líquido e certo da Recorrente em obter a CPD-EN, posto que os alegados débitos tributários encontravam-se integralmente garantidos por depósito judicial.

18. Diante do exposto, mesmo com a realização de depósito judicial correspondente ao encargo legal de 20%, ainda permanece o interesse processual da Recorrente de não ser obrigada a pagar tal encargo para obtenção de CPD-EN, face sua flagrante ilegalidade em razão da pré-existência de depósito judicial antes da inscrição em DAU dos co-respectivos débitos tributários. Portanto, não há que se falar em carência superveniente da ação, pois caso a Apelante saia vencedora na presente ação judicial, com o seu trânsito em julgado poderá levantar o valor depositado correspondente ao encargo legal de 20%, demonstrando, assim, ter interesse processual a justificar a reforma do v. acórdão de fls." (fls. 410/411e).

Requer-se, por fim, "seja o presente Recurso Especial conhecido e provido para reformar o v. acórdão recorrido, para reconhecer Recorrente o direito de não complementar os depósitos judiciais realizados antes da inscrição em DAU dos débitos tributários acima apontados, conforme já reconhecido por esse C. STJ ao julgar o REsp nº 1.398.534-MG e REsp nº 1.251.513-PR, no mesmo sentido defendido no presente Recurso Especial" (fl. 426e).

Contrarrazões às fls. 470/474e.

Recurso Especial admitido (fl. 476/478e).

A irresignação não merece prosperar.

Ao decidir pela perda superveniente do interesse processual, assim se manifestou, o Tribunal de origem:

"A apelante impetrou mandado de segurança objetivando a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, que lhe foi negada em razão da existência de débitos perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, inscritos em dívida ativa (nºs 80.2.13005599-64, 80.6.13017997-39, 80.7.13007396-08 e 80.7.13008993-03) e objeto de cobrança em execuções fiscais (ns 051160-69.2013.403.6182 e 0000569-69.2014.403.6182), cuja exigibilidade não se encontrava suspensa à vista da insuficiência dos depósitos judiciais efetuados em sede das medidas cautelares nºs 0008562-55.2013.403.6100 e 0012151-55.2013.403, propostas antes das execuções em antecipação da penhora.

As informações de fls. 210/214 noticiam que 'a impetrante, em 10/03/2014, efetuou depósitos complementares nos autos das Execuções Fiscais nº 0511606920134036182 (CDA's 80213005599-64, 8061301799739, 80713007396-08) e nº 00005696920144036182 (CDA 80713008993-03), capazes, assim, de garantir a integralidade das dívidas, considerado o acréscimo legal de 20%, permitindo a emissão da certidão pleiteada em 17/03/2014 (fls. 220/verso).

Diante desse novo cenário, *ex vi* do art. 462 do CPC, imperioso concluir pela perda superveniente do interesse de agir da impetrante, porquanto não há mais necessidade de se socorrer ao Poder Judiciário objetivando a expedição da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, já obtida.

A realização dos depósitos complementares dos débitos, causa obstativa da emissão da certidão requerida, constitui fato superveniente que houve por esvair de objeto a discussão no presente mandamus.

Salienta-se que o interesse de agir constitui uma das condições da ação, baseada no binômio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional, devendo estar presente desde o momento do ajuizamento da demanda até o de sua solução definitiva pelo competente órgão jurisdicional.

É o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça: (...)" (fls. 393/394e).

Superior Tribunal de Justiça

Conforme se observa, a questão atinente à permanência do interesse processual em relação à possibilidade de levantamento do encargo legal não foi objeto de análise, pelo acórdão recorrido, nem buscou, a ora recorrente, colmatar essa lacuna, mediante a oposição de Embargos de Declaração. Assim, tem-se que a matéria se ressentia do necessário prequestionamento, sendo caso de aplicação, na hipótese, da Súmula 211/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora